

Práticas e tensionamentos **contemporâneos** no ensino de Jornalismo

Elton Bruno Pinheiro · Rafiza Varão · Zanei Barcellos
organizadores



Práticas e tensionamentos **contemporâneos** no ensino de Jornalismo

Elton Bruno Pinheiro · Rafiza Varão · Zanei Barcellos
organizadores

Brasília
FAC/UNB
2018

capa Rafiza Varão
diagramação Rafiza Varão
revisão Elton Bruno Pinheiro, Rafiza Varão, Zanei Barcellos



FACULDADE DE COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – FAC-UNB
Endereço: Campus Universitário Darcy Ribeiro - Via L3 Norte, s/n - Asa Norte,
Brasília - DF, CEP: 70910-900
Telefone: (61) 3107-6627
E-mail: fac.livros@gmail.com

DIRETOR

Fernando Oliveira Paulino

VICE-DIRETORA

Liziane Guazina

CONSELHO EDITORIAL EXECUTIVO

Dácia Ibiapina, Elen Geraldês, Fernando Oliveira Paulino, Gustavo de Castro e Silva, Janara Sousa, Liziane Guazina, Luiz Martins da Silva.

CONSELHO EDITORIAL CONSULTIVO (NACIONAL)

César Bolaño (UFS), Cicilia Peruzzo (UMES), Danilo Rothberg (Unesp), Edgard Rebouças (UFES), Iluska Coutinho (UFJF), Raquel Paiva (UFRJ), Rogério Christofoletti (UFSC).

CONSELHO EDITORIAL CONSULTIVO (INTERNACIONAL)

Delia Cровi (México), Deqiang Ji (China), Gabriel Kaplún (Uruguai), Gustavo Cimadevilla (Argentina), Herman Wasserman (África do Sul), Kaarle Nordestreng (Finlândia) e Madalena Oliveira (Portugal).

COORDENADORA EDITORIAL

Rafiza Varão

Catálogo na Publicação (CIP) Ficha catalográfica

P912 Práticas e tensionamentos contemporâneos no ensino de Jornalismo /
Elton Bruno Pinheiro, Rafiza Varão, Zanei Barcellos, organizadores. –
Brasília : Universidade de Brasília, Faculdade de Comunicação, 2018.
241 p. : il.

Modo de acesso: World Wide Web: <[https://faclivros.wordpress.com/
category/livros/](https://faclivros.wordpress.com/category/livros/)>.

ISBN 978-85-93078-34-7
1. Jornalismo – Ensino. 2. Diretrizes Curriculares Nacionais. I. Pinheiro,
Elton Bruno, (org.). II. Varão, Rafiza, (org.). III. Barcellos, Zanei, (org.). CDU 37:07



Feliz é o
professor
que
aprende
ensinando

Cora Coralina

Sumário

9 Apresentação

Parte I: TEORIA

13 Para que teorias? O fazer e o saber do Jornalismo
Luiz Carlos Iasbeck

23 Jornalista profissional: novas competências para o egresso do bacharelado em Jornalismo
Maria Elisabete Antonioli

33 A Transitoriedade da mídia impressa para o formato digital: reflexões da narrativa visual, multimídia e multimodal da notícia
Suzana Guedes Cardoso

47 Os rumos do ensino do Jornalismo: o desafio de formar um novo profissional
David Renault

61 Formação superior em Jornalismo: Análise de diretrizes e propostas de universidades brasileiras
Edileuson Santos Almeida, Ada Cristina Machado da Silveira

73 Redações integradas e trabalho jornalístico: O uso das tecnologias para um trabalho emancipado e emancipador
Carlos Figueiredo

Parte II: ENSINO

87 Experiência didática em Jornalismo: ensino com pesquisa sobre sites de notícias de Cuiabá (MT)

Ana Graciela Mendes Fernandes da Fonseca Voltolini

99 Repórter UFMA e Imperatriz Notícias: relatos sobre as produções audiovisual e em *web* do curso de Jornalismo na UFMA de Imperatriz

Lívia Cirne, Lucas Reino, Marco Antônio Gehlen, Thaísa Bueno, Vítor Belém

109 Experiência de um ensino de linguagem sonora para curso de Jornalismo

Nivaldo Ferraz

119 O desafio do ensino do Jornalismo frente às mídias móveis

Rose Mara Pinheiro

129 O ensino de Jornalismo e a convergência: Integração das redações como proposta pedagógica

Fábio Sadao Nakagawa, Suzana Oliveira Barbosa, Washington José de Souza Filho

139 Impasses e oportunidades para o ensino de Jornalismo: o binômio perfil multitarefas e os processos de precarização

Dione Oliveira Moura, Ana Carolina Kalume Maranhão

149 A perspectiva de gênero no ensino do Jornalismo: uma análise dos projetos pedagógicos dos cursos de Curitiba e Ponta Grossa/PR

Bruna Aparecida Camargo, Karina Janz Woitowicz

163 Ambientes, veículos, processos de produção e
jornalistas mutantes: uma proposta didático-pedagógica
Zanei Ramos Barcellos

Parte III: Diretrizes

177 Novas diretrizes, velhas questões: o currículo do curso de
jornalismo, antes e depois das DCN
Marcio da Silva Granez

189 Cidadania nas DCN e Jornalismo Comunitário: breve
reflexão sobre um panorama nacional do
ensino de Jornalismo
Cláudia Regina Lahni

203A Política de Extensão Acadêmica nas Diretrizes
Curriculares Nacionais do Curso de Jornalismo
Elton Bruno Pinheiro

215 O lugar da ética: Uma análise das recomendações sobre o
ensino de ética e jornalismo nos cursos do Centro-Oeste
após 2013
Rafiza Varão





Parte II

ENSINO



Dione Oliveira Moura, Ana Carolina Kalume Maranhão

IMPASSES E OPORTUNIDADES PARA O ENSINO DE JORNALISMO

O binômio perfil multitarefas e os processos de precarização

Apresentação

Partimos das conclusões de Rubio e Valencia (2017) que, dentre outros aspectos, afirmam que, no que diz respeito às competências tecnológicas dos estudantes de Jornalismo, a partir de pesquisa realizada na Colômbia, que não seriam, as Tecnologias de Informação e Comunicação, nem positivas nem negativas em si, mas que “la optimización de los procesos de aprendizaje depende de la intención con que se utilice, la manera como se aborda” (RUBIO ;VALENCIA,2017, p. 2).

Consideramos que seria um exagero afirmar que as tecnologias de informação e comunicação, por si só, transformam o jornalismo. Reparem bem. As tecnologias transformam sim, tanto o ensino quanto à prática do jornalismo. Contudo, as tecnologias precisam ser percebidas dentro de um processo sócio-histórico (BUTON, 2009) e não como se fossem elementos isolados. Os estudantes e os profissionais de jornalismo educam-se, até por meio das tecnologias, mas não somente; transformam-se e transformam o seu entorno social, inclusive pelo emprego das tecnologias. As tecnologias não significam por si só, precisam ser compreendidas dentro de um contexto mais amplo.

Os estudantes e profissionais de jornalismo não significam ou ressignificam as tecnologias da mesma forma, as pessoas, inseridas em um contexto histórico, social, cultural, econômico marcado por recortes étnico-raciais, de gênero e geracionais específicos é que significam e ressignificam o uso social das tecnologias: enlances sociais, entretenimento, educação, ação social, identidade, memória, reflexão ou alienação. Os estudantes e profissionais de jornalismo (sendo tais profissionais jornalistas ou docentes de jornalismo) não usam as tecnologias somente para a educação, o trabalho e a ação social, mas também para a construção da socialização profissional (DUBAR, 1992). E o próprio ensino de jornalismo, além de ser partícipe do processo de socialização profissional, pode ser observado também, como proposto por Fígaro (2008), como componente do mundo do trabalho:

A partir do mundo do trabalho constituem-se várias institucionalidades: a organização empresarial, a organização sindical, órgãos do Estado que fiscalizam os direitos do trabalho e no trabalho, a legislação fiscal, sanitária, de saúde, de formação e de escolarização (FIGARO, 2008, p. 93).

O uso social das TICs – Tecnologias de Informação e Comunicação¹ – não pode ser lido como se fosse apenas uma técnica, ou uma onda, ou um modismo e precisa ser percebido nesse contexto

¹ Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs): “Conjunto de tecnologias relacionadas à criação, transmissão, acumulação e processamento de dados, as quais se originam nas atividades de informática e das telecomunicações. O que as distingue das tecnologias anteriores de comunicação é a sua capacidade de processar e transmitir informações rapidamente e seu caráter sistêmico” (BRASIL, 2009).

de convergência tecnológica (JENKINS, 2009) e, ainda como um fator de alteração no mundo do trabalho (FIGARO, 2008, 2013). Embora os pacotes tecnológicos comercializados pelas grandes corporações prevejam um determinado uso, as comunidades, grupos, nações podem ressignificá-los. Estaria o jornalismo ressignificando tal uso? Ou estamos apenas mergulhando amplamente no perfil de jornalistas multitarefas, sucumbindo sob o binômio da precarização do mercado profissional? Binômio, esse – multitarefa e precarização –, já delineado por diversos estudos (MICK e LIMA, 2013; MACHADO e TEIXEIRA, 2010; MICK, 2015; FIGARO e NONATO, 2017; MARANHÃO, 2017), como veremos no Item 2 do presente capítulo.

O emprego social das tecnologias de informação e comunicação não possui somente um sentido social, no sentido de fortalecimento da cidadania (direitos e deveres). Poderá ter certo sentido econômico, político e cultural para os indivíduos (acesso, consumo, compartilhamento de informação e ação em rede, educação, entretenimento), outro para as corporações privadas do setor de tecnologias da informação e comunicação (interesses específicos das empresas do complexo informática/telecomunicações/microeletrônica), outro ainda para os Estados (seja pelo interesse na empregabilidade da população, o que inclui a formação desde o ensino básico até a educação continuada, seja pelo interesse nos processos favoráveis ou desfavoráveis à cidadania), para falar de apenas parte dos atores que compõem o cenário. Sendo que todo esse processo de inserção tecnológica é tensionado por um cenário amplo que inclui os conflitos de visão acerca da educação jornalística assim como as sucessivas alterações das matrizes curriculares, ambos documentados, dentre outros estudos, por Cristiane Bernardo (2010) e Bernardo *et al.* (2012).

Pela politização do uso das tecnologias: entrevista com a Associação Brasileira de Ensino de Jornalismo (Abej)

O Ensino de Jornalismo, enquanto tema de pesquisa, tornou-se um tema relevante, mas teve um lento desenvolvimento. Estamos aqui considerando o ensino de jornalismo como tendo “como objeto o desafio didático e pedagógico do ensino do jornalismo. Inclui os estudos sobre cursos de jornalismo”, como proposto por Pereira e Wainberg (1999, p. 29). Os autores, em estudo acerca da produção brasileira em estudos de jornalismo entre 1983 e 1997, construíram uma amostragem com 436 fontes – livros, artigos- e ainda teses e dissertações publicadas entre 1992 e 1997. Segundo autores, “Destaca-se o desinteresse absoluto por temas relativos ao ensino do jornalismo”(PEREIRA;WAINBERG, 1999, p.32), afirmação que se baseia no fato dos autores não terem localizado nenhum estudo com foco em ensino de jornalismo na amostragem citada acima, que abarca quase toda a década de 90 do século XX.

Esse cenário, se observarmos o final do século passado e as duas primeiras décadas desse século, no Brasil, alterou-se. O ensino de jornalismo tem sido tema de estudos, debates, seminários, coletâneas, grupos de trabalho e, inclusive, de uma associação científica criada especificamente com o objetivo de pensar o ensino de jornalismo. Estamos falando do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPJ), instituição criada em 1994, durante o encontro anual Intercom, em Aracaju², em 1995, e que, posteriormente, passou a denominar-se Associação Brasileira de Ensino de Jornalismo (Abej), mantendo a mesma pessoa jurídica e fundamentos, apenas tendo alterado a razão social da entidade.

A seguir, apresentamos entrevista, para fins da presente reflexão, com o presidente da Abej, Marcelo Engel Bronosky (BRONOSKY, 2018). Antes de apresentar os pontos da entrevista que mais interessam-nos destacar, perante os impasses do ensino de jornalismo, destacamos uma síntese da entrevista, em que o principal aspecto tratado com o professor Marcelo Bronosky centra-se em uma leitura sobre o emprego das tecnologias a partir de uma visão crítica sobre o qual, segundo ele, o uso das tecnologias e a incorporação do perfil multitarefas para o jornalista profissional advém de um processo histórico, bem como o processo de precarização. No que diz respeito às escolas de jornalismo podemos entender que elas têm o compromisso ético e moral de oferecer experiências laboratoriais efetivas, com supervisão presencial e sistemática de professores jornalistas, em diálogo com as disciplinas conceituais.

Para o presidente da Abej, assim como as associações acadêmicas e entidades de classe, todos

2 Sobre o histórico do FNPJ/ABEJ ver “O Primeiro Encontro” (ABEJ, 2018), texto disponível em: <http://www.abejor.org.br/novo/institucional>. Acesso em: 16 mar 2018.

devem ter a responsabilidade de fiscalizar, orientar e certamente denunciar ações que comprometam a qualidade da formação superior de jornalismo. Trata-se de garantir o necessário para formar jornalistas capazes de atuar na produção de notícias de interesse público, com responsabilidade social e compromisso ético. No que diz respeito ao papel da Abej e entidades correlatas, estas, segundo o professor, possuem um papel organizativo, como forma de propiciar condições de debate, reflexões sobre questões do ensino do jornalismo em suas múltiplas dimensões, a partir de reuniões, encontros científicos e publicações.

Bronosky, na entrevista, defende que tudo que diz respeito ao ensino do jornalismo, inclusive as ações laboratoriais, de extensão, pesquisa, torna-se objeto de interesse e a curto prazo, deve-se atuar junto ao MEC-Inep para sua função de fiscalização seja cumprida, sobretudo no que diz respeito à qualidade dos cursos, ampliando, desta forma, os mecanismos de controle e avaliação, tomando como base as Diretrizes Curriculares Nacionais. Outro aspecto bastante relevante trata da questão estratégica que a profissão ocupa, em sociedades democráticas, onde a participação da comunidade, em fóruns de discussão é condição para avançar no fortalecimento da área do jornalismo.

A coletânea *Reflexões para o ensino de jornalismo no Brasil: algumas abordagens*, editada pela Abej, em 2014, com organização de Ormaneze e Bazi, (FNPJ, 2014) expõe pontos importantes sobre o ensino de jornalismo. Reflexões, essas, as quais são regulares no *continuum* da Abej. Bronosky (2018) aponta, na entrevista, algumas linhas gerais no ensino laboratorial de jornalismo no Brasil e aponta que há muitas disparidades no modo de compreender o ensino laboratorial em jornalismo pelos cursos de graduação no Brasil.

Bronosky prossegue e acrescenta que muitos docentes que atuam em projetos laboratoriais, esquecem de que esses são “espaços para ações experimentais com objetivos de gerar experiências de conhecimento aos estudantes”, e não, ao contrário, um espaço de reprodução das “práticas jornalísticas de natureza industrial”. Contudo, ressalta, Bronosky (2018), “quando superadas as lógicas de mercado como determinantes na definição das práticas laboratoriais, os espaços laboratoriais se tornam fundamentais à formação de qualidade”. O entrevistado pontua que “Desde antes da introdução do digital pelas escolas de jornalismo, a literatura tem defendido os projetos laboratoriais como espaço do experimentalismo, da ousadia, da tentativa e erro, do ensaio. Porém, tais ações eram e continuam sendo tímidas (BRONOSKY, 2018).

Como caminhos para inovação no ensino laboratorial de jornalismo, aponta o entrevistado que “com o barateamento de suportes tecnológicos e o avanço do digital, facilita o acesso pelas escolas e estudantes e pela própria característica de novidade que os novos meios impõem”. *Webdocumentários*, narrativas hiper e transmidiáticas em *sites* alternativos, superando em muitos casos as dinâmicas tradicionais, são alguns caminhos. Ou seja, as tecnologias digitais trazem novas experiências aos estudantes. “Devemos considerar em nossos currículos que as ações laboratoriais devem estar articuladas com processos reflexivos, pois independente de suas intenções, refletir práticas consolidadas ou experimentar novas, é fundamental para a produção de conhecimento” (BRONOSKY, 2018).

Em síntese, no que diz respeito ao ensino laboratorial de jornalismo, desde o contexto da experiência e visão que o cenário de atuação e debates nacionais que a Abejor propicia, Bronosky identifica dois problemas principais:

O primeiro, diz respeito à fragilidade do campo do jornalismo de se constituir como autônomo, específico e de pleno direito. Sem avançar na discussão das origens que nos colocam nesta situação, mas o fato é que essa dificuldade repercute no modo de se ensinar e realizar jornalismo. Se não vejamos: a dificuldade em se conceituar o jornalismo ou mesmo a notícia, por exemplo, releva os desafios que a área deve superar. A tarefa da Abej e das Associações acadêmicas que reconhecem o jornalismo como um produto cultural de interesse público, fundamental para o funcionamento de sociedades democráticas é a de garantir e ampliar espaço de discussão em que se problematize tais questões. As novas DCNs foram um avanço nessa direção, não apenas por ser o resultado de um processo amplo de debates, mas por que – de certo modo – representou esforço de um grupo de especialistas junto ao MEC/Inep preocupados com a qualidade da formação superior. Organizada em torno de eixos, seu objetivo tem sido o orientar, sem abrir mão do reconhecimento de que o

jornalismo é uma área de conhecimento que deve ser ensinada em faculdades de jornalismo, que não se reduz a uma técnica (BRONOSKY, 2018).

Quanto ao outro problema, o entrevistado vincula-o a um olhar sócio-histórico sobre o contexto brasileiro:

O segundo problema diz respeito a atual conjuntura política. Desde o golpe parlamentar da presidente Dilma Rousseff, (31/08/2016), as políticas implantadas pelo governo golpista, inclusive àquelas no âmbito do MEC/Sesu/Inep, tem atuando na flexibilização de processos de autorização, reconhecimento e avaliação de cursos pelas comissões e órgãos técnicos. Isto tem favorecido o avanço da oferta de cursos de jornalismo de natureza privada e no modelo à distância, sem as condições necessárias para formar jornalistas com qualidade, num claro descumprimento as próprias DCNs. Essa flexibilização, que não ocorre apenas nas graduações e pós-graduações em jornalismo e comunicação, tem comprometido à qualidade da formação, produzindo demissões de professores titulados e com mais experiência, redução de turmas dos cursos presenciais, aumento da carga de trabalho, ampliação da oferta de cursos à distância (BRONOSKY, 2018).

A precarização, que é um fenômeno já identificado na prática profissional do jornalismo, seja envolvida na “pejotização” (contrato por meio da figura da Pessoa Jurídica-PJ), seja no perfil multitarefas, seja nos cortes salariais e regulares ‘passaralhos’ (demissões em massa de jornalistas), e outros fenômenos do mundo do trabalho também foi pauta da entrevista. perguntamos ao presidente da Abej , como ele percebe o impacto desse processo de precarização da prática profissional do jornalismo também na dimensão do ensino do jornalismo no Brasil . Expôs Bronosky, que, além das questões mencionadas (pejotização, passaralhos, perfil multitarefas, cortes salariais), há, ainda que se considerar que “a desobrigação do diploma para exercício do jornalismo, em 2009, também tem produzido efeitos nocivos à qualidade da formação superior”.

Bronosky considera que, na proporção em que as relações de trabalho se fragilizam, representadas pela contratação de não diplomados, de jornalistas terceirizados por meio de contratação como Pessoas Jurídicas (PJs), pelo enxugamento das redações, com demissões especialmente de jornalistas mais experientes, pela redução salarial, o ensino do jornalismo também se recente. De que forma?

É possível notar que alguns cursos de jornalismo e seus gestores tem destacado a dimensão técnico-tecnológica em detrimento da sócio humanística na estruturação curricular, na aposta que treinar futuros jornalistas no manejo de várias ferramentas (multitarefa) do âmbito da produção, circulação e consumo da notícia torna-se o diferencial, facilitando a entrada no mercado de trabalho. Sabe-se, no entanto, que a formação jornalística de qualidade, aquela que produzirá reconhecimento, não pode prescindir o foco da capacidade (conhecimento crítico-reflexivo) de analisar cenários, de planejar ações e principalmente de atuar para além dos interesses mercadológicos (BRONOSKY, 2018).

E, ao prosseguir em uma leitura sócio-histórica do ensino e da prática do jornalismo, abordamos também o processo do aumento de mulheres na prática profissional do jornalismo. Na pesquisa de Mick e Lima (2013), dentre outros estudos, apresentam dados que apontam o aumento de mulheres no exercício do jornalismo. Segundo Mick e Lima (2013), a categoria tornou-se, no Brasil, majoritariamente feminina. “Esse fator também está relacionado à expansão da oferta de cursos superiores na área, nos quais a presença feminina também tende a ser bastante superior à masculina” (MICK; LIMA, 2013, p. 33). Bronosky reflete acerca deste processo de aumento no número de mulheres no jornalismo

As questões de gênero alcançam o ensino do jornalismo de várias formas, não apenas em decorrência do aumento da presença feminina nas escolas de jornalismo, mas fundamentalmente pela natureza denunciante do próprio jornalismo, como forma de

combater todas as formas de discriminação, inclusive contra as mulheres. No âmbito da formação de jornalistas isto se dá através de ações que estimulem coberturas de práticas discriminatórias, sexistas e sectárias em todos os setores da sociedade. Princípios como a igualdade e respeito nas relações de classe, gênero, étnicas, etárias é pressuposto no exercício do jornalismo de qualidade (BRONOSKY, 2018).

A prática e o ensino de jornalismo, no Brasil, também têm sido alterados diante do surgimento de novos perfis, atribuições e competências profissionais que eclodem, ou se reconfiguram, no cenário de convergência tecnológica. Bronosky observa que neste cenário de convergência tecnologia é possível identificar no ensino do jornalismo, ainda de forma preliminar, algumas tendências na formação, entre elas a de conteúdos voltados à valorização da autonomia do egresso, como Empreendedorismo, Gestão Editorial, ou no aprofundamento e manejo de dados, coleta e tratamento de dados, capacitação na elaboração de infográficos, planilhas de dados.

Esse contexto, percebe Bronosky, afeta as competências profissionais:

Neste cenário de convergência tecnologia é possível identificar no ensino do jornalismo, ainda de forma preliminar, algumas tendências na formação, entre elas a de conteúdos voltados à valorização da autonomia do egresso, como Empreendedorismo, Gestão Editorial, ou no aprofundamento e manejo de dados, coleta e tratamento de dados, capacitação na elaboração de infográficos, planilhas de dados. Algumas destes conteúdos já estavam acompanhando propostas curriculares anteriores, porém como parte de outras disciplinas. (Assessoria – Empreendedorismo; Apuração – Gestão e Manejo de Dados, etc). Como pode se ver, são propostos curriculares que procuram se aproximar de uma suposta avaliação de interesse do mercado. No entanto, como já apontamos anteriormente, a formação superior de qualidade não está baseada na centralidade da oferta de conhecimentos técnicos, ou mesmo no estímulo ao empreendedorismo, mas sim, na capacidade do egresso em acumular competências e habilidades para refletir sobre o lugar profissional e atuar criticamente neste ambiente, produzindo conteúdos noticiosos socialmente relevantes. Não se ignora a importância do conhecimento do manejo de dispositivos tecno-tecnológicos, mas apenas os coloca a serviço do jornalismo crítico (BRONOSKY, 2018).

Por fim, Bronosky posiciona-se criticamente à perspectiva do ensino em jornalismo e a atuação multitarefa, quando afirma que o ensino de jornalismo é distinto da prática, à medida em que a primeira está “preocupada em ensinar, a partir de métodos e técnicas, um determinado conhecimento (teórico/prático), neste caso o jornalístico. A segunda está preocupada em disponibilizar informações, a partir de regras e lógicas próprias”. Segundo ele, toda esta atividade volta-se a transformar a informação em produto comercializável. Em outras palavras, pensar a formação como simples reprodução de práticas e lógicas de mercado, seria equivocado por duas razões claras, em sua visão: “a primeira é que supor que uma escola/instituição de ensino possa acompanhar par e passo as inovações tecnológicas; a segunda é apostar que os estudantes aprendem tudo ao mesmo tempo agora – ou seja, realizando todas as tarefas da sua profissão” (BRONOSKY, 2018). Dada essa problematização, apresentamos, a seguir aspectos da precarização no jornalismo brasileiro e as formas de trabalho sob a perspectiva do perfil multitarefas.

O binômio perfil multitarefas e os processos de precarização no jornalismo brasileiro

É possível observar, principalmente nos últimos dez anos, que se, por um lado, os jornalistas têm se beneficiado em seu cotidiano dos avanços tecnológicos – no que concerne à execução de suas tarefas, seja nas redações de jornal e agências (*online* e impresso), TVs e rádios –, por outro têm sofrido cada vez mais efeitos danosos, intimamente ligados tanto a este processo de modernização quanto à nova estrutura produtiva com a qual ele se dá, experimentando uma crescente precarização do seu trabalho e uma vertiginosa queda em sua qualidade de vida (MAGALHÃES, 2004, p. 48). É relevante mencionar como alguns autores tratam o processo de precarização e contextualizá-lo na presente

pesquisa. Tal fator deve-se a uma equação que, aparentemente, se move de forma linear: pressionados pelo argumento irrefutável de que a inserção tecnológica otimiza o trabalho nas redações, tornando-o mais ágil e rápido (incluindo neste rol, necessariamente, as etapas de produção da notícia: apuração, redação e edição de textos), empresas reduzem custos com corte de pessoal e sob o pretexto de que a tecnologia torna a empresa menos estratificada e possibilita a redução da quantidade de tarefas envolvidas no processo de produção da notícia.

Nesta nova conjuntura, tanto econômica, quanto tecnológica, o que é exigido do jornalista é a maximização de conhecimentos técnicos (FONSECA; KUHN, 2009). Nesse contexto, estudos como os de Fíguro (2013), Fonseca e Kuhn (2009) apontam pontos de precarização das condições de trabalho do jornalista na atualidade. É sabido que a reestruturação produtiva mundial, ocorrida, sobretudo, nas duas últimas décadas, e regida pela globalização e as novas formas de organização do trabalho é fator que afetou diretamente o cotidiano profissional de uma categoria em que: é imposto o conhecimento e o uso cada vez mais frequente de avançados instrumentos de coleta, recuperação e tratamento de informação.

Da mesma forma, é preciso buscar conexões entre o desenvolvimento dessas novas tecnologias e a precarização da atividade dos chamados profissionais de imprensa brasileiros (MAGALHÃES, 2004), que chama atenção para etapas que marcaram a industrialização no Brasil. Em uma primeira etapa, afirma Magalhães (2004), a decomposição do trabalho em operações, resultantes do aperfeiçoamento e do aumento da oferta de ferramentas. Em seguida, novas formas de organização do trabalho como: fordismo, taylorismo, toyotismo e pós fordismo. Para em seguida, e com ênfase, nos últimos 10 anos, observar-se forte aumento de produtividade, conclui.

O processo de informatização das redações foi empreendido a partir de meados dos anos 1980. A primeira redação totalmente informatizada da América Latina, foi o Diário Catarinense, que em 05 de maio de 1986, começa a circular em Florianópolis (SC)³. O processo de produção da notícia sofre uma alteração vertiginosa. Da associação da técnica ao saber jornalístico, o computador recém-implantado introduziu novos sentidos para a organização e para os profissionais, que precisaram repensar a profissão segundo as lógicas deste novo meio (MARANHÃO, 2017).

É relevante mencionar que o processo de informatização das redações e a digitalização da imprensa são etapas distintas, separadas por quase dez anos uma da outra. Da informatização do Diário Catarinense, ocorrida em 1986, quase 10 anos depois separa a digitalização do jornal impresso no Brasil, quando em 1995⁴, o Jornal do Brasil lança o primeiro jornal eletrônico do país, o *JB Online*. E as mudanças podem ser observadas, não apenas do ponto de vista da informatização das redações, e da digitalização da imprensa até a entrega de um produto que “chega às mãos do leitor” – metaforicamente falando – em formato eletrônico, mas é possível visualizar também pequenos saltos no interior de um cotidiano pautado por mudanças que acompanharam o desenvolvimento das TICs.

Logo, da forma como interferiram na maneira como se consome a informação, as TICs também interferiram nas rotinas de construção da notícia, aumentando a pressão sofrida pelos jornalistas – hoje levados a produção de informações em diferentes plataformas, enfrentando uma concorrência cada vez mais acirrada, em um espaço de tempo cada vez mais exíguo e à mercê de um mercado de trabalho cada vez mais enxuto e em crise (PEREIRA, 2005; TRAQUINA, 2005; HIRST, 2011). Caracterizando tais transformações, descreve Heloani (2006, p. 192): “As organizações, pressionadas pelo processo de globalização, substituem cada vez mais o homem pela máquina, implementam novas tecnologias e obrigam o jornalista a adaptar-se freneticamente a elas.”

Para Ferreira (2012), tais condições de trabalho são compostas por cinco elementos: equipamentos arquitetônicos (pisos, paredes, teto, portas, janelas, decoração, arranjos físicos e layout), ambiente físico (espaço de trabalho, iluminação, temperatura, ventilação, acústica), instrumental (ferramentas, máquinas, aparelhos, dispositivos informacionais, documentação, postos de trabalho, mobiliário complementar), matéria-prima (materiais, bases informacionais) e suporte organizacional (informações, suprimentos, tecnologias, políticas de remuneração, de capacitação e de benefícios). É evidente que tais fatores devem ser observados inseridos em uma perspectiva sócio-histórica.

3 ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS (ANJ). História do jornal no Brasil: cronologia. Brasília, DF, 2014a. Disponível em: <<http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/historianobrasil/arquivos-em-pdf/Cronologia.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2013.

4 ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS (ANJ). História do jornal no Brasil: cronologia. Brasília, DF, 2014a. Disponível em: <<http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/historianobrasil/arquivos-em-pdf/Cronologia.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2013.

Quando essas condições estão abaladas, percebe-se a emergência de quadro de precarização. Druck (2011, p.37) considera que “a precarização social do trabalho é um novo e um velho fenômeno, porque é diferente e igual, por que é passado e presente e por que é um fenômeno de caráter macro e microsossial”. Para Figaro (2013), essas mudanças no mundo da profissão aconteceram sobretudo nos últimos 20 anos. “As mudanças tecnológicas apropriadas no fazer jornalístico redesenharam as maneiras de se trabalhar. As redações ganharam outro formato, outro ritmo, muitas profissões desapareceram” (FÍGARO, 2013, p.7). Refém de um ritmo de produção frenético e mal remunerado e o medo constante do desemprego, o jornalista convive de perto com a precarização em todos os dias de seu trabalho. É ponto pacífico, alicerçado em estudos seriados, a exemplo do desenvolvido pela autora, que “as transformações no mundo do trabalho – introdução de novas tecnologias, produção flexível e precarização da mão-de-obra – nas empresas de comunicação se efetivaram” (FIGARO, 2005, p. 3). O estudo de Maranhão (2017) também registra, em enquete nacional, o quanto os jornalistas profissionais dão como irreversível o processo de precarização e a incorporação de tecnologias como sedimentadas na atuação profissional.

A era do imediatismo absoluto colocou as práticas profissionais do jornalista em uma interseção. Por um lado, o processo de inserção tecnológica pode ser um facilitado do trabalho dos repórteres, no que diz respeito a novas ferramentas para produção/edição e circulação da notícia, possibilidade de entrevistas intermediada por dispositivos e, por fim, poder contar com o *feedback* do público leitor. Por outro, as novas configurações tecnológicas alteram papéis e competências já estabelecidas por profissionais que historicamente atuaram com amplos poderes para definir o que era ou não notícia (gatekeeping) e do agendamento de temas sociais. Sem falar no aumento da pressão de produzir cada vez mais notícias em menos tempo, o que pode, evidentemente, levar a equívocos de apuração. Este novo perfil profissional também surge em um novo contexto advindo das lógicas comerciais e do cenário de hiperconcorrência, este último bem desenhado por Charron e De Bonville (2016).

No trabalho etnográfico *Can Journalism Survive? An Inside Look At American Newsrooms*, Ryfe (2012) apresenta ao leitor o desafio de observar o futuro do jornalismo nos dias atuais sob uma perspectiva que inclui o saber e a prática profissional, relacionando-as a uma realidade social marcada pelo desenvolvimento tecnológico. O autor observou, os três jornais de três redações de jornais regionais norte-americanos de médio porte, com circulação diária durante um período de cinco anos de estudo, cortes de empregos e redução no número de publicações impressas são apenas a parte visível de um problema que, segundo o autor, está apoiada em uma cultura profissional que prevalece à mudança e resiste a enfrentar desafios, como identificado em outros estudos, como os discutidos aqui.

Entretanto, para que os dilemas das mudanças e permanências no jornalismo (MOURA et. al., 2015) sejam tratados de forma substancial, em busca dos fatores que delimitam e circunscrevem o jornalismo, defendemos que se faz necessário, ainda, perceber o ensino de jornalismo como um dos componentes do processo de socialização profissional (PEREIRA, SOUSA, MOURA, 2014; CASERO-RIPOLLÉS, ORTELLS-BADENES, DOMÉNECH-FABREGAT, 2013), ou seja, não somente como uma formação universitária, mas desde uma perspectiva que vê a formação universitária como parte de um processo de socialização profissional (DUBAR, 1992).

Considerações finais: desafios ao horizonte do ensino de jornalismo

Percebemos, pois, que o ensino de jornalismo, a partir do cenário aqui examinado, guarda alguns desafios, os quais contemplam:

- 1) Aspectos apontados por Bronosky (2018) – necessidade de valorizar a autonomia do ensino laboratorial (no sentido de espaço de experimentação), desenhar o uso de tecnologias sem, necessariamente, buscar replicar o cenário de mercado, mas, pelo contrário, valorizar ações de ensino (empreendedorismo, gestão editorial, manejo e tratamento de dados), dentre outros aspectos que fomentem o jornalismo como uma prática profissional estratégica para os processos democráticos. Visão esta compartilhada por outros estudos como Moura (1997), Koshiyama (2014), FNPJ (2014);
- 2) A interveniência da convergência tecnológica (JENKINS, 2009) no processo de formação dos

jornalistas.

3) A reconfiguração de funções de mercado profissional de jornalismo, desde o fato de que algumas se transformam, outras tendem a desaparecer, assim como há reconfigurações nas práticas, com o surgimento do perfil multitarefas, como apontam diversos estudos que consideram, de alguma forma, as mudanças no mundo do trabalho do jornalista (PEREIRA, 2005; TRAQUINA, 2005; BOLAÑO e VIEIRA, 2014; HIRST, 2011; FÍGARO, 2013; CHARRON e De BONVILLE, 2016; MARANHÃO, 2017); dentre inúmeros outros estudos de mapeamento dessas transformações;

4) A existência do processo de precarização, caracterizado por Druck (2011) e atestado em vários estudos sobre mercado, como, dentre outros estudos apontam diversas pesquisas (FONSECA & KUHN, 2009; FIGARO, 2013; MARANHÃO, 2017);

5) O paradigma do Jornalismo de Comunicação (CHARON; De BONVILLE, 2016), a qual traz ainda maiores inquietações ao ensino de jornalismo, por trazer uma perspectiva sociológica e pontuar que o paradigma do 'Jornalismo de Comunicação', em vigor desde as décadas de 1970/1980, inclui um ambiente e um cenário de convergência pelo qual o jornalismo tem sido impactado, logo, portanto, também o ensino de jornalismo.

6) A oportunidade de ampliar o campo de investigações rumo à promoção de pesquisas seriadas, em termos temporais, regulares e comparativas em termos nacionais. Tais pesquisas sobre o cenário do ensino de jornalismo nessa segunda década do século XXI, em radiografia nacional, dariam um passo adiante, fazendo ótimo proveito de pesquisas já realizadas em estudos importantes. Por outro lado, uma pesquisa comparativa nacional sobre o ensino de jornalismo, pode ser colocada como um horizonte a ser buscado, e só poderia vir a ser realizada por grupos de pesquisa articulados em redes e laboratórios de pesquisa, os quais poderiam realizar um mapeamento nacional do ensino de jornalismo, no que compete aos diversos aspectos econômicos, culturais, tecnológicos, regionais, raciais, de gênero e outros; inclusive as diferenças de formação entre as universidades públicas e as particulares – um dos desafios para a compreensão do impacto ensino de jornalismo no Brasil.

Por fim, podemos afirmar, que o desafio do exercício profissional encontra-se em uma atuação que deve levar em conta o processo de convergência tecnológica e conseqüentemente a reconfiguração das redações. O entendimento sobre este novo ambiente tem por objetivo entender os reflexos das mudanças na engenharia da produção da notícia, no que respeite às características particulares de cada narrativa e do suporte utilizado, bem como nas competências exercidas pelo profissional. Por se tratar de práticas laborais, há também o desafio de entender como a mudança pode gerar novas oportunidades de atuação para um profissional híbrido e como a formação reflete um tipo de prática que muitas vezes não corresponde à que este profissional encontrará no mercado de trabalho. Neste espaço de formação, é necessário preparar os alunos para o universo pós universidade e para um mercado de trabalho que exige cada vez mais por menos.

Desta forma, é possível afirmar que a inserção tecnológica, a convergência tecnológica e a era digital no jornalismo tem alterado, progressivamente, a cada etapa de inovações tecnológicas, a rotina de produção da profissão. A cada nova fase de inovações, o domínio tecnológico tem tornado-se intrínseco ao desempenho do profissional multimídia, desde a etapa de pré-apuração à divulgação da notícia. Por conseqüência, tem-se uma maior flexibilização do trabalho, que faz com que o mesmo profissional possa atuar em funções como repórter, editor e produtor- com corolários de sobrecarga de trabalho, redução salarial e de equipes, dentro de um cenário de precarização do exercício profissional. As tecnologias, constatamos, não são um motor de transformações por si só, mas um novo espaço e, eventualmente, um acelerador destas transformações no âmbito das práticas profissionais. Por fim, o processo de mudanças no fazer jornalístico tornou a profissão mais rápida, dinâmica e representa uma mudança irreversível nas práticas e no fazer jornalístico que carecem de um olhar contínuo e acurado sobre as conseqüências não apenas para a profissão, mas, principalmente, ao profissional e à função e alcance do jornalismo.

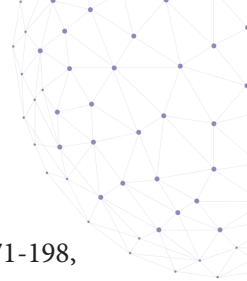
Ademais, propomos ser importante visualizar essas transformações inserindo o ensino de jornalismo: como uma das etapas de socialização profissional, como um dos elementos do mundo do

trabalho e inserido dentro de um cenário de mudanças e permanências no jornalismo, como registram múltiplos estudos, nacionais e internacionais, alguns dos quais elencamos no capítulo.

Propomos, por fim, que sejam mantidos no horizonte o propósito de estudos comparativos nacionais, os quais procurem visualizar o ensino de jornalismo de maneira não estanque, ou seja, o ensino percebido como um elemento de socialização profissional (DUBAR, 2016), ao passo que se busque identificar que outros elementos de socialização profissional interagem simultaneamente às transformações tecnológicas, e, ainda, perceber de que forma age o ensino de jornalismo como uma das instâncias do mundo do trabalho (FIGARO, 2005, 2008, 2013) e, por, percebê-lo, enfim, como imerso no processo de mudanças e permanências do jornalismo (MOURA et. al., 2015).

Referências

- ASSOCIAÇÃO Brasileira de Ensino de Jornalismo [ABEJ]. **O Primeiro Encontro**. Disponível em: <http://www.abejor.org.br/novo/institucional>. Acesso em: 16 mar 2018.
- BERNARDO, Cristiane Hengler Corrêa. **Educação jornalística: entre a cruz da academia e a espada do mercado**, 2010. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande.
- BERNARDO, Cristiane Hengler Corrêa; LEÃO, Inara Barbosa. Análise das matrizes curriculares dos cursos de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo no Brasil: um retrato da realidade regional. **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação (online)**, 2012, n. 35, janjun 2012, pp Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=69831020013>> Acesso em: 18 jan. 2018.
- BOLAÑO, César; VIEIRA, Eloy S. Economia política da internet e os *sites* de redes sociais. **Eptic online**. V.16, n.2, pp. 75088, mai-ago, 2014.
- BRASIL. O Setor de Tecnologia da Informação e Comunicação no Brasil 2003-2006. **Estudos e Pesquisas Informação Econômica**, nº 11. Rio de Janeiro: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 2009.
- BRONOSKY, Marcelo Engel. **Ensino de Jornalismo**. Data de realização 27 de fevereiro de 2018. Entrevista concedida a Dione Oliveira Moura e a Ana Carolina Kalume Maranhão. Brasília:2018.
- BUTON, François. Portrait du politiste en socio-historien: La “socio-histoire” dans les sciences politiques. In F. Buton, N. Mariot (dirs.), **Pratiques et méthodes de la socio-histoire** (pp. 1-22). Paris: PUF, 2009.
- CASERO-RIPOLLÉS, Andreu; ORGELLS-BADENES, Sara; DOMÈNECH-FABREGAT, Hugo. Las competencias profesionales en periodismo: una evaluación comparativa. **Historia y Comunicación Social**. v.8, edição especial, pp. 53-64, 2013.
- CHARRON, Jean; BONVILLE, Jean de. **Natureza e transformação do jornalismo**. Organizadores: Zélia Leal Adghirni e Fábio Henrique Pereira. Colaboração Dione Oliveira Moura. Série Jornalismo e Sociedade. Vol. 3. Florianópolis: Insular, 2016.
- DUBAR, Claude. Formes identitaires et socialisation professionnelle. **Revue Française de Sociologie**. v.33, n.4, pp. 505-529, 1992.
- DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? **Caderno CRH**, v.24, n.1, pp.37-57, 2011.
- FERREIRA, Mário César. **Qualidade de vida no trabalho: uma abordagem centrada no olhar dos trabalhadores**. (2ª ed.) Brasília: Paralelo 15, 2012.
- FÍGARO, Roseli. Comunicação e trabalho: as transformações do trabalho na empresa de comunicação. **XXVIII Congresso da Intercom**. Intercom, Portcom, 2005. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/67350295174518602526946417666529075327.pdf> Acesso em: 25 mar. 2018.
- FÍGARO, Roseli. O mundo do trabalho e as organizações: abordagens discursivas e diferentes significados. **Organicom**. Ano 5, n. 9, 2. Semestre, pp. 91-100, 2008.
- FÍGARO, Roseli. **As mudanças no mundo do trabalho do jornalista**. São Paulo: Atlas, 2013.
- FIGARO, Roseli; NONATO, Cláudia. Novos ‘arranjos econômicos’ alternativos para a produção jornalística. **Contemporânea- Comunicação e Cultura**. v.15, n.1, jan-abr 2017, pp. 47-63. Disponível em:<https://rjgs.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/21451/14492>. Acesso em: 27 out. 2017.
- FONSECA, Virgínia Pradelina S.; KHUN, Wesley Lopes. Jornalista contemporâneo: apontamentos para discutir a identidade profissional. **Intexto: Revista do Mestrado da Comunicação – UFRGS**, 2, 21, 57-69,



2009.

FÓRUM NACIONAL DE PROFESSORES DE JORNALISMO/FNPJ. **Reflexões para o ensino de jornalismo no Brasil: algumas abordagens**. ORMANEZE, F.; BAZI, R. (orgs.). Campinas: 2014.

HELOANI, Roberto. O trabalho do jornalista: estresse e qualidade de vida. **Interações**. v.12, n. 22, 171-198, 2006.

HIRST, Martin. **News 2.0: can journalism survive the internet?** Auckland: Allen & Unwin, 2011.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2009.

KOSHYIAMA, Alice. Jornalismo e história pública: notas sobre uma prática. Perspectivas da História Pública no Brasil: experiências e debates. **2. Simpósio Internacional de História Pública**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense. Anais. 2014.

MACHADO, E.; TEIXEIRA, T. (orgs.). **Ensino de jornalismo em tempos de convergência**. Rio de Janeiro: e-papers, 2010.

MAGALHÃES, E. F. Desenvolvimento tecnológico, mudanças no mundo do trabalho e os jornalistas brasileiros. **Ciência & Conhecimento**.v. 1, n. 4, 47-63, 2004.

MARANHÃO, Ana Carolina Kalume. **O jornalista brasileiro: convergência e mudança** provocada pelas Tecnologias da Informação e Comunicação. Brasília: Editora Universidade de Brasília; FAC Livros, 2017.

MICK, Jacques.; LIMA, Samuel P. **Perfil do jornalista brasileiro: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012**. 1a. ed. Florianópolis: Insular, 2013.

MICK, Jacques. Trabalho jornalístico e convergência digital no Brasil: mapeamento de novas funções e atividades. Revista Pauta Geral. **Estudos em Jornalismo**.v. 2, n. 1, pp 15-37. Ponta Grossa, jan-jun 2015.

Disponível em: <http://177.101.17.124/index.php/pauta/article/view/7579/4574>.

Acesso em: 20 out 2017.

MOURA, Dione Oliveira. Todo jornalismo é político. In: MONTORO, Tânia. **Comunicação e Mobilização Social**. Brasília: Editora UnB, pp. 101-103, 1997.

MOURA, Dione Oliveira, PEREIRA, Fábio Henrique; ADGHIRNI, Zélia Leal (orgs.). **Mudanças e permanências no jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2015.

PEREIRA, Fábio H. A produção jornalística na internet e a construção da identidade profissional do *webjornalista*. In: **Congresso Iberoamericano de Periodismo em Internet**, 2005, Salvador. Anais. Salvador: UnB, 2005.

PEREIRA, Fábio Henrique; SOUSA, Janara; MOURA, Dione Oliveira. Valores e cultura profissional dos estudantes de jornalismo em Brasília. **Estudos em Comunicação**. n.17,dez 2014, pp. 47-74. Disponível em: <http://www.ec.ubi.pt/ec/17/pdf/n17a03.pdf>. Acesso: 03 mar. 2018.

PEREIRA, Manuel Luís Petrik; WAINBERG, Jacques A. O Estado da arte da pesquisa em jornalismo no Brasil: 1983-1997. **Revista Famecos. Mídia, Cultura e Tecnologia**. v.6,n.11, pp.27-37, 1999. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3049/2327>

Acesso em: 21 nov. 2017.

RUBIO, Andrés Barios; VALENCIA, Gloria Consuelo Fajardo. El ecosistema educativo universitario impactado pelas TICs. **Anagramas. Rumos y sentidos de la comunicación**. Vol.15, n. 30, Medellín, jan-jun 2017, pp 101-120. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22395/anr.v15n30a5>. Acesso em: 19 jan. 2018

RYFE, David M. **Can journalism survive: an inside look at American newsrooms**. Cambridge: Polity Press, 2012.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: a tribo jornalística, uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2005.

